

EDITAL DE CURSO | 2026

Modalidade aberta

DLS TREINAMENTOS

A DLS Treinamentos tem como objetivo atender com excelência, compromisso e inovação os diversos trabalhadores que compõem a Administração Pública, nos âmbitos federal, estadual e municipal, sempre voltada ao constante desenvolvimento e aperfeiçoamento desses profissionais. Contamos com instrutores e consultores especialistas que possuem ampla experiência e reconhecimento no mercado. O diferencial da DLS Treinamentos é a qualidade e o compromisso de proporcionar o desenvolvimento profissional de forma atualizada e didática.

Nosso foco é a capacitação e excelência profissional, por isso, atuamos também na realização de eventos, congressos, exposições e feiras, além de realizar consultoria e assessoria técnica especializada em Contabilidade Pública e áreas afins.

EXCELÊNCIA – COMPROMISSO – INOVAÇÃO – INTEGRIDADE – ÉTICA

A empresa é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

GOVERNANÇA E INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: FUNDAMENTOS NORMATIVOS, GESTÃO DE RISCOS E JURISPRUDÊNCIA APLICADA E DETECÇÃO E PREVENÇÃO DE FRAUDES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

Formato: presencial em Brasília/DF Horário: das 13h30 às 17h30

Data: 11 a 14 de maio de 2026 Carga horária total: 16 horas-aulas

PARTE I

GOVERNANÇA E INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: FUNDAMENTOS NORMATIVOS, GESTÃO DE RISCOS E JURISPRUDÊNCIA APLICADA

APRESENTAÇÃO

A disciplina da governança, da gestão de riscos e dos controles internos no setor público encontra, hoje, sólido amparo normativo: a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 01/2016 estabeleceu o modelo GRCI para toda a Administração Federal; o Decreto n. 9.203/2017 instituiu a Política de Governança da Administração Pública Federal e seus mecanismos de liderança, estratégia e controle; e a Lei n. 14.133/2021 incorporou ao ciclo das contratações os princípios de integridade, três linhas de defesa e gestão de riscos como exigências estruturais, e não meramente programáticas. A esses fundamentos somam-se os vetores interpretativos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, com destaque para os artigos 20 a 30, que orientam gestores e controladores a decidir com base em consequências práticas, a contextualizar condutas dentro das circunstâncias reais e a distinguir erros grosseiros de decisões tomadas com boa-fé técnica.

A jurisprudência do TCU, por sua vez, consolida parâmetros objetivos sobre o que se espera de uma estrutura de governança madura. Este curso oferece uma visão integrada desse sistema normativo, partindo do conflito de agência que justifica a existência dos controles até os modelos de maturidade que permitem diagnosticar e evoluir a estrutura de cada organização. Ao longo de duas tardes, teoria e prática se alternam por meio de casos reais e decisões do TCU, com foco em soluções aplicáveis no dia seguinte.

OBJETIVO

Ao final do treinamento, o participante estará apto a: compreender o conflito de agência no setor público e como os mecanismos de governança previstos no Decreto nº9.203/2017 e na IN Conjunta MP/CGU nº01/2016 reduzem assimetrias de informação e alinham condutas aos interesses institucionais; dominar os componentes do sistema GRCI - liderança, estratégia, controle, compliance e integridade - e sua aplicação prática no ciclo das contratações, à luz dos dispositivos da Lei nº 14.133/2021; conhecer as três linhas de defesa previstas na Lei nº14.133/2021 e o papel de cada ator na prevenção, detecção, investigação e sanção de irregularidades; identificar e categorizar riscos típicos e atividades de controle proporcionais ao apetite a risco admissível na Administração, conforme o referencial da IN Conjunta MP/CGU nº01/2016; aplicar os critérios interpretativos da LINDB - consequências práticas, circunstâncias do caso concreto e distinção entre erro grosseiro e boa-fé técnica - à avaliação de condutas de gestores e controladores; avaliar a maturidade da estrutura de governança da própria organização e traçar um caminho realista de evolução a partir do diagnóstico, com base nos referenciais do TCU.

PÚBLICO-ALVO

Pregoeiros, agentes de contratação, membros de comissões de licitação e fiscais de contratos; Auditores internos, controladores e membros de unidades de controle interno de entidades públicas e conselhos profissionais; Gestores e dirigentes com responsabilidade sobre processos de compras e contratos administrativos; Integrantes de unidades de gestão de integridade, compliance e combate à corrupção; Corregedores, advogados públicos e membros de assessorias jurídicas de órgãos públicos; Estudantes, pesquisadores e demais interessados em governança, controle e integridade pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo I – O Sistema: por que governança e integridade existem (Decreto nº9.203/2017, IN Conjunta MP/CGU 01/2016 e as três linhas de defesa na Lei 14.133/2021)

1. Conflito de agência, governança e o Decreto nº9.203/2017; 2. GRCI e a IN Conjunta MP/CGU nº01/2016: liderança, estratégia e controle; 3. As três linhas de defesa e o Modelo de Macrofunções Ampliado.

Módulo II – A Prática: riscos, controles, integridade e LINDB (Gestão de Riscos, Compliance, jurisprudência do TCU e vetores interpretativos da LINDB)

1. Gestão de riscos: tipologia, apetite e controles associados; 2. Compliance, integridade e jurisprudência do TCU sobre governança; 3. LINDB aplicada: consequências, boa-fé e erro grosseiro; 4. maturidade em governança e próximos passos.

IMPORTÂNCIA

- Fundamento normativo sólido, não apenas teoria: o curso parte da IN Conjunta MP/CGU nº01/2016 e do Decreto nº9.203/2017 como marcos estruturantes, mostrando como esses diplomas operam de forma

- integrada com a Lei nº14.133/2021 para construir um sistema coerente de governança e controle;
- A LINDB como ferramenta do gestor e do controlador: os artigos 20 a 30 da LINDB são examinados como instrumentos concretos de proteção ao administrador de boa-fé e de calibração da responsabilização, com análise de como o TCU tem incorporado esses vetores em suas decisões;
 - Governança e riscos da Lei nº14.133/2021 lidos como sistema: os dispositivos sobre governança, três linhas de defesa, segregação de funções, gestão de riscos e integridade são tratados de forma integrada - e não como artigos isolados - permitindo uma leitura sistêmica da nova Lei de Licitações;
 - Jurisprudência do TCU como parâmetro objetivo: o curso apresenta o referencial de governança do TCU, seus indicadores e as orientações consolidadas em processos de fiscalização sobre estrutura de governança de órgãos públicos, sem necessidade de decorar números de acórdãos;
 - Ferramentas de diagnóstico e ação imediata: os participantes saem com modelos de maturidade em governança, referencial de riscos e controles associados e a lógica do Modelo de Macrofunções Ampliado já prontos para aplicação no contexto da própria organização.

PARTE II

DETECÇÃO E PREVENÇÃO DE FRAUDES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

APRESENTAÇÃO

A maioria das fraudes em licitações e contratos não é sofisticada. Ela prospera onde falta capacidade de perceber, nomear e agir. Este curso parte de uma premissa central: o "desconfiômetro" de servidores experientes é uma ferramenta real, e transformar essa intuição em ação fundamentada é uma competência que pode ser aprendida, treinada e institucionalmente organizada. Ao longo de duas tardes, os participantes percorrerão o ciclo completo da fraude licitatória: da psicologia do agente desonesto aos indícios concretos em documentos e planilhas, passando pela jurisprudência recente do TCU e pelos protocolos de resposta que protegem o gestor íntegro. O conteúdo é integralmente baseado em material desenvolvido pelo professor a partir de casos reais.

OBJETIVO

Ao final do treinamento, o participante será capaz de: compreender a psicologia moral por trás das fraudes em contratações públicas e como ambientes organizacionais podem silenciar a intuição ética dos servidores; identificar os principais sinais de alerta (red flags) em propostas, documentos, planilhas e metadados, com base em casos reais e na jurisprudência do TCU; aplicar a Matriz de Indícios e Providências (MIP) como ferramenta de registro, rastreabilidade decisória e proteção do decisor; conhecer o padrão de prova admitido pelo TCU para caracterização de conluio, incluindo o conceito de "somatório de indícios convergentes" e as consequências para agentes públicos; estruturar protocolos de resposta imediata e arranjos intra e interinstitucionais para que o controle funcione de forma coordenada diante de indícios de fraude.

PÚBLICO-ALVO

Pregoeiros, agentes de contratação, membros de comissões de licitação e fiscais de contratos; Auditores internos, controladores e membros de unidades de controle interno de entidades públicas e conselhos profissionais; Corregedores, advogados públicos e membros de comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar; Integrantes de unidades de gestão de integridade, compliance e combate à

corrupção; Gestores e dirigentes com responsabilidade sobre processos de compras e contratos administrativos; Estudantes, pesquisadores e demais interessados em controle, transparência e integridade pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo I – Detecção: como ver o que não é óbvio (Psicologia Moral, sinais de alerta e ferramentas de registro)

1. A psicologia da fraude licitatória; 2. Red flags: onde olhar e o que ver; 3. A Matriz de Indícios e Providências (MIP).

Módulo II – Resposta: o que fazer quando os indícios aparecem (Jurisprudência do TCU, protocolos de ação e proteção do gestor íntegro)

1. O que o TCU diz sobre fraude e conluio; 2. *Resposta imediata e proteção do decisor*; 3. Arranjos institucionais.

IMPORTÂNCIA

- Do desconfiômetro à prova: o curso parte da intuição moral (sensação de que "algo está errado") e fornece os instrumentos técnicos para transformá-la em indício documentado, fundamentado e resistente a contestações;
- Red flags com respaldo do TCU: os sinais de alerta trabalhados no curso, como metadados coincidentes, padrões de preço igualados, vínculos societários e datas em série, são ancorados diretamente na jurisprudência do TCU;
- Ferramentas prontas para usar: os participantes saem com a Matriz de Indícios e Providências (MIP) e o Teste de Choque (TCh) já compreendidos e aplicáveis imediatamente, sem necessidade de adaptação;
- Proteção do gestor íntegro: o curso mostra, com base em caso paradigmático do TCU, como o gestor que adota salvaguardas e documenta suas diligências está protegido e por que o básico funciona quando bem registrado;
- Conteúdo testado em campo: o material foi aplicado em capacitações para auditores e gestores, sendo continuamente atualizado com base nos casos mais recentes de conluio e fraude contratual.

METODOLOGIA

A metodologia será participativa e interativa, apoiada na fundamentação conceitual e na abordagem de estudos de caso, aliada à vivência simulada de dificuldades/problemas do cotidiano profissional.

O curso será realizado presencialmente, na cidade de Brasília/DF. Durante a tarde, haverá intervalo para lanche em formato *coffee break*.

Para acompanhamento das aulas, os alunos receberão, a título de material didático, apostila de *slides* em formato *.pdf* cujo conteúdo foi elaborado especificamente para o desenvolvimento do curso.

CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Apenas os participantes que preencherem a lista de presença (que deverá ser assinada diariamente) no devido momento terão a frequência registrada e o certificado emitido. Sob nenhuma hipótese será possível assinar a lista de presença posteriormente ao respectivo dia de aula.

Para receber a certificação, o participante deverá obter frequência mínima obrigatória de **80% da carga horária total**, desprezando a parte fracionária. O certificado será enviado digitalmente ao respectivo endereço eletrônico dos participantes que obtiverem a frequência mínima, em até 72 horas após o término do evento.

CORPO DOCENTE

> Bruno Affonso

Auditor Federal de Finanças e Controle da CGU, mestre em Administração Pública, com ênfase em Governança e Controle Interno, Especialista em Administração, em Logística e Mobilização Nacional (ESD) e em Atividade de Inteligência (EsInt). Professor, articulista e palestrante de temas como contratos administrativos, planejamento, governança, auditoria, controle interno e integridade. Atuou como auditor interno (2012-2018), Gerente de Orientação Institucional da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (2019-2021) e membro do Conselho Editorial da Revista da CGU (2022-2024). É coordenador do Grupo de Trabalho Nacional de Gestão de Denúncias da RENOUV (Rede Nacional de Ouvidorias).

VALOR DO INVESTIMENTO

O valor da inscrição individual é de **R\$3.480,00 (três mil quatrocentos e oitenta reais)**.

***OBSERVAÇÃO: INSCRIÇÕES COLETIVAS COM DESCONTO (A PARTIR DE 4 INSCRIÇÕES).**

***Este curso inclui: Kit do Aluno; Apostila Virtual entregue em dispositivo de memória (Pen Drive); Coffee Break; Certificado de Conclusão de Curso (aos participantes que atingirem a frequência mínima).**

Recomendações e informações aos participantes: levar seus respectivos aparelhos eletrônicos (computadores, *notebooks*, *tablets* e outros). Não estão incluídas despesas privadas dos participantes, tais como: diárias, locomoção e passagens de quaisquer tipos; hospedagens; refeições, lanches e demais alimentos consumidos dentro ou fora do local do curso além do contratado (*coffee break*).

PROPOSTAS

Para solicitar propostas comerciais referentes ao treinamento, basta entrar em contato conosco através do telefone (61) 99408-0088 (*WhatsApp*) ou dos correios eletrônicos contato@dlstreinamentos.com.br | secretaria.dlstreinamentos@gmail.com. Estamos à disposição!